

A crítica
19/4/98 E-3
107

AM perde verba para recuperar floresta

Em três anos, o estado só conseguiu aprovar seis projetos (R\$ 550 mil) do programa de recuperação de áreas florestais tropicais degradadas

Terezinha Torres

A Amazonas está se beneficiando muito pouco dos recursos do programa Projetos Demonstrativos/A (PD/A), que tem entre seus objetivos recuperar áreas de floresta tropicais degradadas por meio de atividades produtivas. De 1995 para cá, o PD/A (um dos braços do festejado Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7) já liberou, a fundo perdido, cerca de R\$ 14 milhões para financiar projetos em estados da Amazônia Legal e áreas da Mata Atlântica. De 59 projetos apresentados ao PD/A nesse período pelo Amazonas, apenas seis foram aprovados, garantindo R\$ 550 mil em recursos. É cinco vezes menos do que obteve o estado do Pará, que lidera a lista dos estados contemplados (veja quadro).

Não é fácil identificar os reais motivos que estão deixando o Amazonas para trás na busca pelos recursos do PD/A, que ainda tem a liberar cerca de R\$ 12 milhões, de acordo com dados da secretaria técnica do programa, em Brasília. Há análises e justificativas para todos os gostos. Tem quem aposte que o principal entrave é a falta de divulgação do programa junto às populações, órgãos ou entidades que possam se beneficiar dos recursos. Há quem afirme que o problema é a falta de elaboristas de projetos sintonizados com as questões ambientais e capazes de elaborar propostas com o perfil exigido pelo programa.

"Nem uma coisa, nem outra", reage o secretário técnico do PD/A, Rinaldo Mansine, 31, que coordena, em Brasília, as ações do programa. Para Mansine, o que está faltando é mobilização da sociedade civil organizada. Segundo ele, em estados como o Pará e o Acre, há uma facilidade maior de mobilização de entidades como sindicatos rurais e associações comunitárias. "As redes de organizações não governamentais têm um papel importante nessa mobilização. Um bom exemplo disso é a concentração de subprojetos aprovados pelo PD/A em regiões de maior atuação do Grupo de Trabalho Amazônico (que reúne cerca de 300 ONGs)", argumentou Mansine.

Mansine também não concorda que não existam pessoas treinadas no estado para desenvolver projetos nos moldes exigidos pelo PD/A. "O Amazonas talvez seja o estado

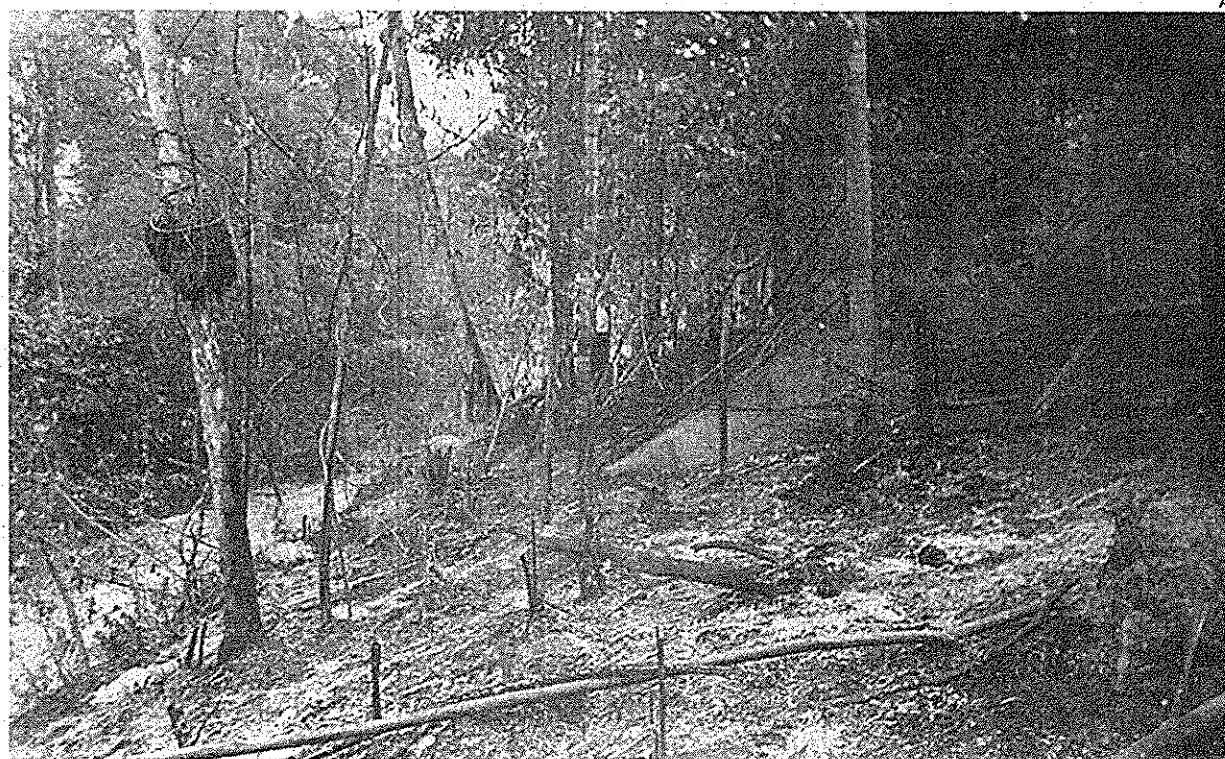
que mais recebeu treinamento nesse sentido", afirmou. Em termos de divulgação do programa, Mansine também acha que muito já foi feito. "No ano passado divulgamos bastante o programa, inclusive na imprensa", observa.

O consultor ambiental Roberto Vieira, 53, observa que o Amazonas não tem "nem um décimo" dos problemas ambientais que afligem o Pará e o Acre e que talvez esse seja um dos motivos pelos quais os dois estados aparecem como os maiores beneficiários do PD/A até aqui. "Não que o Amazonas não tenha áreas de floresta degradadas, mas os nossos maiores problemas ambientais estão nas áreas urbanas, em volta de Manaus", salientou.

Boa vontade - Esta semana, o superintendente regional do Banco do Brasil, Iomar Araújo Rodrigues, 47, disse que talvez esteja faltando um pouco mais de "boa vontade" por parte de entidades ligadas à área de pesquisa e preservação (como o Ibama, Inpa e Embrapa) e de assistência técnica ao setor rural (como o Idam) para divulgar o PD/A e assessorar as comunidades na identificação de áreas degradadas e na elaboração de projetos. "Todo mundo reclama que é difícil aprovar tecnicamente um projeto que atenda as especificações do PD/A. Mas o Pará já conseguiu aprovar 20. Por que nós não estamos conseguindo?", indagou.

O Banco do Brasil é o agente financeiro que repassa os recursos do PD/A. Iomar Rodrigues explicou que cada projeto só pode atingir o máximo de R\$ 210 mil e que, em alguns casos, a única contrapartida exigida é a execução da proposta nos moldes de sua elaboração. "Não tem havido demanda para os recursos do projeto", afirmou Rodrigues.

Na última segunda-feira ele esteve reunido com representantes de sindicatos ligados à Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (Faea), e pediu a ajuda da entidade para tentar divulgar o programa. Segundo Rodrigues, a superintendência do Banco do Brasil mantém um técnico à disposição das pessoas que estejam interessadas em elaborar um projeto para ser apresentado ao PD/A. "Temos também condição de acompanhar a tramitação do projeto quando ele estiver sendo analisado em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente", disse.



Com áreas degradadas por recuperar, o Amazonas desperdiça recursos oferecidos pelo PD/A.

Idam nega acusação de desinteresse

O diretor-presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), João Luiz Hartz, 49, afirma que não houve desinteresse do Idam em viabilizar a obtenção de recursos do programa Projetos Demonstrativos/A. Embora não possa se beneficiar diretamente dos recursos do PDA, a órgão, por sua natureza, tem condições de prestar assistência técnica a prefeituras e entidades civis na elaboração de propostas para inscrição no programa. "Haviam outras prioridades. Estamos trabalhando mais diretamente com o produtor rural e realizamos 20 mil operações de financiamento para o setor. Temos urgência em gerar emprego e renda", argumentou.

Segundo Hartz, o Idam vai colocar, a partir de agora, toda sua estrutura à disposição das instituições que desejem apresentar projetos ao Ministério do Meio Ambiente a fim de obter recursos do PD/A. "Temos uma parceria sólida com as prefeituras em virtude do programa Terceiro Ciclo e vamos aproveitar isso para divulgar o PD/A. Contamos com pessoas habilitadas que podem ajudar na elaboração de projetos", afirmou. Para Hartz, esse tipo de programa tem mais chance de sucesso no segmento de pesquisa.

O presidente do Idam aponta algumas "limitações" no PD/A que, segundo ele, contribuem para a baixa demanda ao programa. "O limite de verba a ser repassado pelo programa aos projetos aprovados é muito baixo. Considero R\$ 210 mil muito pouco para modificar uma realidade. O ideal é que houvesse uma elasticidade nesse valor de acordo com a abrangência do projeto", argumentou. A demora na liberação de recursos (que pode acontecer cerca de um ano após a aprovação do projeto) também é apontada por Hartz como um outro complicador. (TT)

A corrida dos estados na Região Norte ao PD/A

Estado	Projetos apresentados	Projetos aprovados	Recursos Obtidos (*)
Pará	111	20	2,8 milhões
Acre	54	15	2,1 milhões
Roraima	52	08	1,4 milhões
Amapá	22	07	1,1 milhões
Amazonas	55	06	550 mil
Roraima	05	01	202 mil

(*) Valores em reais

De onde vêm os recursos do PD/A

Alemanha, União Européia, Fundo Fiduciário para o PPG-7 e contrapartida local (projetos acima de R\$ 15 mil).

Quem pode apresentar projetos

Comunidades, organizações de base (associações de produtores, cooperativa, sindicatos, organizações indígenas e associações de moradores e comunitárias), organizações não-governamentais e órgãos governamentais estaduais e municipais. Somente órgãos federais não podem obter recursos do programa.

Fonte: Secretaria Técnica do PD/A

PD/A pode ter subcomissão no estado

O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis no Amazonas (Ibama), Hamilton Casara, 38, disse que para tentar vencer as barreiras que têm impedido o estado de obter uma parcela mais significativa de recursos do PD/A, está sendo estudada a criação de uma subcomissão do programa no estado. "A partir da daí ficará mais fácil orientar a elaboração dos projetos que já serão encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, com o aval dessa comissão", disse Casara.

Na avaliação de Casara, além da falta de divulgação, o outro obstáculo a ser vencido para que o Amazonas tenha mais propostas aprovadas pelo PD/A é a capacitação de um número maior de elaboristas de projetos que trabalhem voltados para uma visão ambiental. "O PD/A tem o objetivo de financiar atividades que contemplem a variável ambiental. Os projetos precisam estar enquadrados nesse perfil. Não podem se voltar unicamente à variável econômica", observa.

Segundo o superintendente do Ibama, a partir de uma ação inte-

grada de instituições como Embrapa, Idam, Inpa, Banco do Brasil e organizações não-governamentais, será possível atingir um nível de qualificação dos elaboristas de projeto em pouco tempo. "Quando chegam em Brasília, esses projetos são analisados por pessoas altamente especializadas em meio ambiente. Se a proposta não se insere nessa tendência, é séria candidata a ser rejeitada", disse. A proposta de criação de uma subcomissão do PD/A no Amazonas deverá ser levada por Casara ao Ministério do Meio Ambiente na próxima semana.